

## **El Niño aumenta a receitas agricultores gaúchos**

---

*Vivian Fürstenau\**

### **A safra de verão 1997/98**

As previsões, feitas no momento do plantio, de uma safra brasileira de grãos em 1997/98 superior à do ano passado parecem ter se confirmado e podem até ser superadas, mesmo com as perdas ocasionadas pelo El Niño em algumas culturas e/ou regiões. A produção de grãos das lavouras de verão em 1998 deve ser maior do que a obtida em 1997, já que as quebras em certas culturas foram compensadas pela superação das estimativas com relação à produção de outras lavouras.

O exemplo mais claro de quebra de produção é o caso do arroz no Rio Grande do Sul. As previsões iniciais sinalizavam uma produção de 9 milhões a 9,5 milhões de toneladas no Brasil, das quais 4,4 milhões seriam produzidas no solo gaúcho. Tendo em vista o excesso de chuvas no Estado durante as fases de plantio e de desenvolvimento dessa lavoura, as previsões foram refeitas, situando a produção esperada num patamar de 4,2 milhões de toneladas. No entanto nem esse volume se confirmou, e, com a safra já colhida, foi comprovada uma quebra significativa na produção, sendo estimado um total final de 3,8 milhões de toneladas. Essas perdas, aliadas às ocorridas no Nordeste, neste caso derivadas da seca, colocam a produção nacional num patamar de 8,5 milhões a 8,7 milhões de toneladas (ARROZ..., 1998a).

O milho, por sua vez, tinha uma produção estimada em 32 milhões de toneladas, incluindo-se nesse total a chamada "safrinha". Em decorrência das perdas ocasionadas pelos problemas climáticos, o volume produzido de milho

---

\* Economista, Técnica da FEE.

A autora agradece à Marinês Z. Grando e à Maria Helena Sampaio a leitura do texto e as sugestões.

deve chegar a apenas 29 milhões de toneladas, já que o total obtido na primeira safra deve ter atingido pouco mais de 24 milhões de toneladas — 13% abaixo do produzido em 1996/97 —, e a produção prevista para a “safrinha” é de 4,9 milhões de toneladas (MILHO..., 1998e).

As quebras ocorridas na produção de arroz e na de milho foram, no entanto, compensadas com o volume produzido de soja, que teve a maior safra da história brasileira. O volume colhido deste grão no Brasil em 1998 foi quase 20% maior do que o obtido no ano passado. Esse crescimento da produção de soja resultou do aumento da área cultivada e também do incremento no rendimento em alguns estados.

## O crescimento da receita agrícola no RS

O aumento esperado na receita agrícola gaúcha com a comercialização da safra 1997/98 provavelmente se confirmará na magnitude estimada inicialmente, apesar da quebra na produção de arroz. A Conab estimou, em março, uma receita de R\$ 3,35 bilhões a ser obtida pelos produtores gaúchos. Esse é um valor nominal, 15% superior ao obtido no ano passado. De acordo com essa estimativa, a soja renderia R\$ 1,4 bilhão, e o arroz, R\$ 1,1 bilhão. Isso, aliado às receitas superiores às de 1996/97 para os produtores de milho e de feijão e a uma previsão de R\$ 94 mil como receita a ser obtida com o trigo em 1998, atingiria o total acima.

Até o momento, não existem modificações significativas para os produtores gaúchos de soja, cuja produção parece estar confirmada em 6,5 milhões de toneladas. Com o preço do saco de soja situando-se ao redor de R\$ 13,50 em maio/98, a receita atingiria mais de R\$ 1,4 bilhão. Se esse patamar de preço se mantiver, a receita obtida pelos produtores gaúchos deverá ser significativamente superior à da safra 1996/97. É importante enfatizar que esse aumento de receita ocorreu em função de um crescimento da produção de quase 40%, já que, em termos de preços, estes se encontram, em média, 20% menores do que os praticados em 1997. O significativo crescimento do volume produzido foi gerado pelo aumento da área cultivada e, principalmente, pelo incremento no seu rendimento — que variou mais de 20%, passando de 1.695 kg/ha para 2.048 kg/ha.

Não existem perspectivas, pelo menos até o momento, de subida desses preços, havendo até possibilidade de pressões baixistas, uma vez que não só se confirmaram, como foram até superadas positivamente as previsões feitas anteriormente com relação à safra argentina e à norte-americana. A produção argentina, que era estimada em 14,6 milhões de toneladas, atingiu 16,8 milhões de toneladas, e, nos EUA, o plantio e o desenvolvimento das lavouras prosseguem sem percalços, com condições climáticas excelentes, o que reitera as estimativas iniciais de uma colheita de 76 milhões de toneladas.

Tabela 1

## Receita agrícola no Rio Grande do Sul — 1997 e 1998

PRODUTOS	1997			1998		
	Quantidades (t)	Preço (1) (R\$/saco)	Receita Nominal (R\$ 1 000)	Quantidades (t)	Preço (1) (R\$/saco)	Receita Nominal (R\$ 1 000)
Arroz .....	4 091 570	11,60	949 239,60	3 842 185	14,67	1 127 301,40
Soja .....	4 770 629	16,24	1 291 242,40	6 560 825	13,53	1 465 745,40
Milho .....	4 202 354	6,81	476 965,59	4 455 085	8,07	599 205,57
Feijão (1ª e 2ª safra) .....	143 168	31,08	74 156,88	124 261	57,78	121 733,38
<b>TOTAL</b> .....	-	-	2 791 604,47	-	-	3 313 985,75

FONTE: EMATER.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: Rio Grande do Sul (1998). Porto Alegre: IBGE/GCEA-RS, maio.

(1) Média dos preços de março, abril e maio.

Os produtores de arroz, de acordo com as estimativas atuais, têm sua receita aumentada, apesar da quebra de safra. Esse aumento se configura em função do que poderia até ser considerado uma explosão de preços, já que, na primeira semana de junho, o saco de arroz chegou a ser vendido a um preço médio de R\$ 17,95 — mais de 50% superior nominalmente ao praticado na mesma época do ano passado. O patamar de preço alcançado é ainda mais significativo, pois ocorre na época de maior oferta, ou seja, logo após o encerramento da colheita.

Essa pressão nos preços do arroz decorre dos baixos estoques nas mãos do Governo, ficando parte do abastecimento nacional dependente de importações dos países do Mercosul e dos demais produtores internacionais. Esse quadro, por si só, já indicava, no início do ano, uma pressão altista nos preços do produto. O excesso de chuvas, decorrente do El Niño, na época do plantio, bem como no momento da floração em algumas lavouras e/ou do enchimento de grãos em outras, acarretou grandes perdas, que, oficialmente, estão estimadas em 10% do total das lavouras gaúchas. Alguns técnicos da área, entretanto, consideram que a quebra foi bem superior.

Além das perdas na produção gaúcha, têm-se quebras na produção argentina e na uruguaia, o que restringe o volume a ser importado desses países. Restam, assim, importações oriundas da Ásia — Vietnã, Tailândia — e dos Estados Unidos, visando ao abastecimento. Cálculos efetuados pelos

especialistas estimam um volume de importação de arroz pelo Brasil, em 1998, da ordem de 2,8 milhões de toneladas (ARROZ..., 1998a).

As possibilidades de importação de arroz do Vietnã encontram-se limitadas, em função de problemas de produção naquele país, o que fez com que as ofertas ao mercado internacional ficassem praticamente suspensas. Por outro lado, os preços subiram, tornando o arroz de procedência vietnamita menos competitivo com relação ao de outros exportadores. Maiores são as possibilidades de importação de arroz oriundo da Tailândia, que tem disponibilidade do produto, sendo seu preço compatível com o praticado no Brasil. Não é a mesma, entretanto, a avaliação com relação à oportunidade de importações de arroz norte-americano, dado o alto preço desse produto relativamente ao praticado no Brasil. Mesmo assim, este deverá ter, em 1998, maior representatividade na pauta de importações brasileiras, havendo, inclusive, negócios já confirmados (ARROZ..., 1998a).

O contexto de quebra na safra do sul, aliado às restrições para importação de arroz dos países do Mercosul, explica a agitação ocorrida, no mês de maio, na comercialização do arroz, principalmente no Rio Grande do Sul, que apresentava preços crescentes a cada semana, em plena safra. Esse quadro fez com que o Governo atuasse rapidamente: foram diminuídas as alíquotas de importação de países não integrantes do Mercosul — de 21% para 15% para o arroz beneficiado —, e liberadas compras a prazo, com a condição de que as guias de importação sejam liberadas até 31 de agosto e de que a internalização do produto ocorra até 31 de outubro de 1998. Após a data fixada em agosto, os pagamentos das compras de arroz no mercado internacional voltarão a ser feitas à vista, como estabelecido até recentemente.

Essas medidas aparentemente estancaram a subida de preços, e é provável que estes se mantenham no patamar atual. Não deverão ocorrer elevações substanciais na entressafra, já que os preços se encontram em patamares considerados bons, tanto em relação às safras anteriores como em relação à remuneração do produtor. Este, apesar da quebra da sua produção, deve manter a receita prevista inicialmente, havendo possibilidades de essas estimativas serem superadas graças ao bom nível de preços existentes no mercado.

O quadro descrito acima — de quebra de produção/redução de oferta e conseqüente alta dos preços — com relação ao arroz é o mesmo para o feijão, mas, neste caso, com contornos mais fortes, já que os problemas de quebra de safra e de elevação de preços vêm ocorrendo desde o segundo semestre de 1997. A diferença com relação ao feijão é que o Governo, diferentemente do caso do arroz, não dispõe do recurso das importações para o abastecimento do mercado: são poucos os países produtores de feijão, e os que produzem o

fazem apenas para consumo interno, como é, aliás, o caso do Brasil. O problema com o abastecimento poderia ter sido amainado com a entrada no mercado em maio-junho da produção da chamada “safrinha”. Esta é, no entanto, uma produção de volume reduzido — a previsão inicial era de 28,7 mil toneladas na “safrinha”— contra um volume na primeira safra de 95 mil a 100 mil toneladas. Problemas climáticos, como excesso de chuvas, temperaturas baixas e doenças fúngicas, comprometeram a produtividade, e, com a colheita concluída, as estimativas de produção para a “safrinha” foram reduzidas para 27,9 mil toneladas. Nesse contexto, os preços explodiram, situando-se, em maio de 1998, em níveis 100% maiores do que os praticados no mesmo mês de 1997. Não havendo a perspectiva de abastecimento do mercado através de importações, as possibilidades de o Governo refrear a subida dos preços são extremamente limitadas, ou até nulas. Assim, os preços, que já estão altos, podem subir ainda mais, pelo menos até a entrada no mercado de nova safra.

Com relação ao milho, a produção prevista para 1997/98 no RS é superior à da safra anterior. Isso, aliado aos preços médios praticados em 1998, aumenta bastante a receita obtida pelos produtores de milho com a comercialização da sua produção. Os preços vigentes no mercado são bastante superiores aos obtidos em 1997, quando o milho chegou a ser vendido abaixo do preço mínimo de R\$ 6,70 a saca de 60 kg. No ano passado, o maior preço médio obtido na comercialização da safra de milho no Estado foi de R\$ 7,75 no mês de dezembro. Em maio de 1998, ou seja, em plena época de safra, o preço praticado pelo mercado foi de R\$ 8,27.

## **Plano Safra 1998/99**

A exemplo do ocorrido no ano passado, o Governo divulgou, já no mês de junho, as diretrizes que nortearão o desenvolvimento da safra 1998/99. Ao divulgar com antecedência as medidas e liberar os recursos para a próxima safra, a intenção governamental é permitir aos produtores planejar a implantação de suas lavouras, bem como incentivar, através do aumento da disponibilidade de recursos e da diminuição das taxas de juros, o aumento da área cultivada e da produção.

Além do estímulo à produção, a importância assumida pelos produtos agrícolas exportáveis para a redução dos desequilíbrios da balança comercial brasileira também tem sido um fator relevante no que diz respeito ao estabelecimento de diretrizes antecipadas com relação à política agrícola.

No entanto, se, pelo ângulo do financiamento à produção, as medidas estabelecidas denotam um empenho governamental, fundamental aliás, em participar do processo, na área da comercialização é bastante clara a diminuição da intervenção do Estado. Assim, o movimento do Governo dá-se em sentidos opostos no que se refere à produção *versus* a comercialização dessa produção. Enquanto para o custeio se observa um aumento dos recursos desde a safra 1996/97, do ponto de vista da comercialização as regras não mudam: o Governo mantém os preços mínimos e as condições do Empréstimo do Governo Federal (EGF).

Tabela 2

Financiamento de custeio — safras 1995/96-1998/99

SAFRAS	CUSTEIO (R\$ bilhões)	Δ %
1995/96	3,7	-
1996/97	5,2	40,5
1997/98	7,3	40,4
1998/99	10,0	36,9

FONTE: CAEM os juros dos financiamentos rurais (1998d). *Zero Hora*; Porto Alegre: RBS, 18 jun., p. 40.

A manutenção dos mesmos patamares de preços mínimos nos últimos anos, além de obedecer a uma atitude política de não-modificação de preços num quadro de estabilização monetária, determina o desestímulo à venda, pelos produtores agrícolas, da sua produção ao Governo. Esta última intenção denota a diminuição do interesse governamental na formação de estoques reguladores. De um lado, é vantajoso o afastamento do Governo da comercialização da produção, pois diminui e/ou elimina custos, como, por exemplo, os de armazenagem dos estoques. De outro, a falta destes pode acarretar subidas fortes no preço de um produto no caso de quebra de safra — um exemplo claro disso é o patamar atingido pelo preço do arroz logo após a colheita deste ano, conforme descrito anteriormente.

<sup>1</sup> Em junho de 1997, foi anunciada a liberação de R\$ 8,5 bilhões para a safra 1997/98. No entanto desse total foram emprestados somente R\$ 7,3 bilhões.

A safra de verão 1998/99 conta com as seguintes medidas de financiamento:

- os recursos liberados para custeio são de R\$ 10 bilhões. Tal montante significa um aumento de quase 40% em relação aos empréstimos de custeio efetivamente concedidos no ano passado;<sup>1</sup>
- o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) vai receber R\$ 2,35 bilhões;
- as taxas de juros do custeio caíram de 9,5% para 8,75% ao ano, e as do Pronaf, de 6,5% para 5,75%;
- houve alongamento do prazo para pagamento do empréstimo de custeio — serão cinco parcelas mensais, sendo iniciado o pagamento 60 dias depois da colheita;
- foram mantidos os limites dos financiamentos, assim como os preços mínimos e as regras do EGF;
- foram alocados R\$ 1 bilhão para financiamento de investimento.

Além das medidas de incentivo ao aumento da produção de grãos, existem novas diretrizes com relação ao financiamento das pecuárias gaúcha e catarinense, em função do reconhecimento pelos órgãos internacionais que regulam a comercialização da carne desses dois estados como zonas livres de aftosa. Foi liberada uma linha de crédito de R\$ 100 milhões para a atividade pecuária do RS e de SC.

Foi também criado um programa de financiamento da correção do solo com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Inicialmente, estão liberados R\$ 500 milhões com taxas de juros de 9,5% ao ano, com dois anos de carência e cinco para pagamento.

O Governo disponibilizou também R\$ 1,3 bilhão para o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) rotativo. Esse volume é o dobro do aplicado na safra passada. Nesse programa, os pequenos produtores podem receber R\$ 15 mil por beneficiário.

## Bibliografia

ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas (1998). *El Niño e a produção de grãos. Agroanalysis*, Rio de Janeiro : FGV, p. 43, abr.

---

<sup>1</sup> Em junho de 1997, foi anunciada a liberação de R\$ 8,5 bilhões para a safra 1997/98. No entanto desse total foram emprestados somente R\$ 7,3 bilhões.

ARROZ em casca: preços subiram, mas é hora de vender a safra (1998a). **Safra & Mercado**, Porto Alegre : Safra, v. XII, n.280, maio.

ARROZ: preços seguem em alta (1998b). **Safra & Mercado**, Porto Alegre : Safra, v. XII, n.281, jun.

AUMENTA a projeção para a soja 97/98 na Argentina (1998c). **Safra & Mercado**, Porto Alegre : Safra, v. XXII, n.999, jun.

CAEM os juros dos financiamentos rurais (1998d). **Zero Hora**, Porto Alegre : RBS, p. 40, 18 jun.

MILHO: safrinha tem excelente desenvolvimento (1998e). **Safra & Mercado**, Porto Alegre : Safra, v.XI, n.229, maio.

PINAZZA, Luiz Antônio, ALIMANDRO, Regis (1998f). O jogo é para profissionais. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro : FGV, p. 24-26, abr.